



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 030/97

Lei nº 226/97
25/06/97

Aprovado pela Câmara Municipal de
Vereadores de Sagrada Família

em 24/06/97

Dalmiro Cossetin de Oliveira
Presidente do Legislativo Municipal

[Assinatura]

**INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSÉ ALDORI DE LIMA, Prefeito Municipal de Sagrada Família RS;
FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 27, item I e III, da
Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e
promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde - CMS em
caráter permanente como órgão deliberativo e fiscalizador do Sistema Único de Saúde -
SUS, no âmbito municipal.

Art. 2º - Sem prejuízo das funções do poder legislativo, são
competências do CMS:

- I - Participar nas definições das prioridades de Saúde;
- II - Participar no estabelecimento de prioridades e diretrizes a serem
observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde, apreciá-lo e aprová-lo;
- III - Participar na formulação de estratégias e no controle da execução
da Política de Saúde;
- IV - Propor critérios para a programação e para as execuções
financeira e orçamentária do Fundo Municipal da Saúde, acompanhando a movimentação e
o destino dos recursos (Planos de Aplicação e Prestação de Contas);
- V - Apreciar e aprovar a proposta do Plano Plurianual, da Lei de
Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e do plano de investimentos da Secretaria
Municipal de Saúde;
- VI - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à
população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS do Município;
- VII - Propor critérios para a elaboração de contratos e convênios entre
o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços de
saúde;

ENTRADA





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

VIII - Appreciar previamente os contratos referidos no inciso anterior e outros, inclusive termos aditivos a serem fixados pela Secretaria Municipal de Saúde;

IX - Participar no estabelecimento de diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde, públicas e privadas, no âmbito do SUS;

X - Appreciar e aprovar os relatórios de gestão do SUS apresentados pela Secretaria Municipal da Saúde;

XI - Appreciar, analisar e deliberar sobre as políticas setoriais de saúde, bem como acompanhar e fiscalizar sua implementação;

XII - Aprovar o regulamento, organização e as normas de funcionamento das conferências municipais de saúde realizadas ordinariamente e convocá-las extraordinariamente;

XIII - Elaborar seu Regimento Interno;

XIV - Outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O CMS terá a seguinte composição:

I - Do Governo Municipal/Estadual/Federal:

- equivalente;
- a) - 02 - Representantes da Secretaria de Saúde ou órgão
 - b) - 01 - Representante do órgão municipal de finanças;
 - c) - 01 - Representante do órgão de educação;
 - d) - 01 - Representante do órgão de saneamento;
 - e) - 01- Representante do órgão de meio ambiente (se houver).

III - Dos usuários :

- comunitárias;
- a) 02 - Representantes das entidades ou associações
 - c) 01- Representante dos sindicatos e entidades de trabalhadores;
 - d) 02 - Representantes das Igrejas Católica e Assembléia de Deus.
 - e) 01 - Representante de outras entidades da sociedade civil organizada.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A cada titular do CMS corresponderá um suplente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será considerada como existente, para fins de participação no CMS, a entidade regularmente organizada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A representação dos trabalhadores do SUS, no âmbito do Município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

PARÁGRAFO QUARTO - O número de representantes do grupo dos usuários deverá ser igual (paritário) ao número de representantes do outro grupo (governo, prestadores de serviços públicos e privados e profissionais de saúde).

Art. 4º - A indicação dos membros efetivos do CMS é privativa das respectivas bases, entidades ou segmentos sociais:

I - Cabe ao Prefeito escolher os representantes do Governo;

II - e às respectivas entidades nos demais casos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Secretário Municipal de Saúde é membro nato do CMS, como representante do governo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na ausência ou impedimento do Presidente do CMS, a presidência será assumida pelo suplente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A nomeação dos conselheiros será formalizada por ato do Poder Executivo.

Art. 5º - O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições no que refere a seus membros:

I - O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante;

II - os membros do CMS serão substituídos caso faltarem, sem motivo justificado a 03 (três) reuniões consecutivas ou 04(quatro) reuniões intercaladas no período de 120 (cento e vinte dias);

III - Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - A alteração da composição ou outro artigo e/ou seção deverá ser previamente deliberada pela plenária e posteriormente regulamentada, mediante Projeto de Lei.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - O CMS será constituído por Plenário, Mesa Diretora, Secretaria Executiva, Assessoria Técnica, Comissões Especiais e Comissão de Fiscalização. Os membros da Mesa Diretora (que deverá ser paritária), inclusive seu





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

Presidente, serão eleitos entre os Conselheiros Titulares que compõem o Plenário do CMS mediante voto direto, para um período de 01 (um) ano;

II - O órgão de deliberação máxima é o Plenário;

III - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

IV - Para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;

V - Cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão plenária;

VI - As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções, que deverão ser homologadas pelo Secretário Municipal da Saúde no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde prestará o apoio administrativo, operacional, econômico, financeiro, recursos humanos e material necessários ao funcionamento do CMS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - Consideram-se colaboradores do CMS, as instituições formadas de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;

II - Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades-membros dos CMS ou outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º - As sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso ao público.

PARÁGRAFO ÚNICO - As resoluções do CMS, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões, deverão ser amplamente divulgadas.

Art. 10º - O CMS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei, definindo sua organização e funcionamento, deverá ser aprovado pelo seu Plenário.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, em
02 de junho de 1997.


JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAGRADA FAMÍLIA

EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI 030/97.

Aprovado pela Câmara Municipal de
Vereadores de Sagrada Família

em 24 / 06 / 97

Dalmiro Cossetin de Oliveira
Presidente do Legislativo Municipal

Dalmiro Cossetin de Oliveira

EMENDA MODIFICATIVA AO ARTIGO 3º, INCISO
III DO PROJETO DE LEI Nº 030/97.

O Artigo 3º, Inciso III do Projeto de Lei nº
030/97, passa a vigorar com a mesma redação dada pelo Projeto
original, porém sendo Inciso II e não como Inciso III confor-
me proposto.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereaa-
dores do Município de Sagrada Família Rs em 17 de Junho de 1997.

[Signature]

[Signature]

Valdêr Rauch

Emilde Vital



OF. GAB. Nº 071/97

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

SAGRADA FAMÍLIA, 22 DE MAIO DE 1997.

SENHOR PRESIDENTE:

É com satisfação que nos dirigimos a Vossa Excelência, com o objetivo de encaminhar-lhe junto a este o Projeto de Lei nº 029/97 que autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) para custear despesas de convênio com a EMATER ASCAR-RS para a implantação e manutenção de Escritório em nosso Município.

Solicitamos-lhe outrossim que este Projeto seja encaminhado para apreciação em regime de urgência.

Sabendo de sua costumeira atenção, desde já reiteramos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal

EXMO. SR.
DALMIRO COSSETIN DE OLIVEIRA
M. D. PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
N/CIDADE.

ENTRADA
Data 22/05/97

